

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.551.800 - MG (2019/0219061-8)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : MARIA ALVES DA SILVA
ADVOGADO : DAVID SIMÕES DE ALMEIDA - MG115414
AGRAVADO : COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS
COPASA MG
ADVOGADO : CAROLINA CROSLAND GUIMARAES VELOSO - MG131440N

DESPACHO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto por MARIA ALVES DA SILVA, em face de acórdão assim ementado (fl. 268):

APELAÇÃO CÍVEL - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - CADÁVER ENCONTRADO EM RESERVATÓRIO DE ÁGUA QUE ABASTECE O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO - OMISSÃO DA CONCESSIONÁRIA - NÃO OCORRÊNCIA - RESPONSABILIDADE CIVIL - NEXO DE CAUSALIDADE - AUSÊNCIA - ATO PRATICADO POR TERCEIRO - DANO MORAL NÃO CARACTERIZADO - RECURSO NÃO PROVIDO.

- Ao contrário da avaliação do arcabouço probatório levada a efeito pelo STJ, em sede de Recurso Especial, inexistente, nos autos, prova de que a concessionária de serviço público teria se omitido no dever de zelar pela higidez do reservatório de água da cidade de São Francisco, ou que a água estaria contaminada.

- O conjunto probatório revela que o local onde se localiza o reservatório de água é isolado por cercas com aviso de advertência, além de mantido permanentemente lacrado por uma tampa de concreto e cadeado.

Verifico que a competência do presente recurso é matéria de competência da Primeira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, por tratar-se de fundamento e mérito de **direito público**, conforme se observa nos seguintes precedentes, **julgados após a Corte Especial apreciar o CC 150.050/DF (Rel. Ministro Og Fernandes, DJe de 9.5.2017)**: Segunda Turma, REsp 1.589.490/RJ, Rel. Ministro Og Fernandes, unânime, DJe de 21.3.2018; AgInt no AREsp 485.455/RJ, Rel. Ministra Assuste

Superior Tribunal de Justiça

Magalhães, unânime, DJe de 23.10.2017; AgInt no AREsp 1.024.153/RJ, Rel. Ministro Og Fernandes, unânime, DJe de 24.5.2017).

Em face do exposto, nos termos do art. 9º, § 1º, inciso XIV, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, determino a redistribuição do feito a um dos ministros integrantes da Primeira Seção. Observe-se que a matéria central da demanda refere-se a tributos sendo, portanto, a Primeira Seção competente para análise do presente recurso, conforme o previsto no art. 9º, § 1º, IX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

